

# MEDIAÇÃO EDITORIAL EM ARTIGOS CIENTÍFICOS: UM ESTUDO DE INJUNÇÕES E APAGAMENTOS NAS HUMANIDADES

*Publishing mediation and scientific articles: a study of injunctions and hiddenness in humanities*

Luciana Salazar SALGADO<sup>1</sup>

Letícia Moreira CLARES<sup>2</sup>

**Resumo** | Na ampla discussão sobre comunicação científica, este artigo delimita uma reflexão sobre o tratamento editorial de artigos no âmbito das humanidades, considerando que os modos de editar afetam sobremaneira a escrita acadêmica. Para que seja comunicada, condição obrigatória, toda pesquisa deve atender a normas balizadas por métricas de avaliação e práticas decorrentes, sob pena de não ser avalizada como conhecimento produzido, o que parece ter fortes implicações tanto nas práticas da formação para a pesquisa quanto na formatação das próprias pesquisas. Diante disso, assumimos uma abordagem mediológica (DEBRAY, 2000a, b), isto é: no quadro dos estudos do discurso que se filiam à chamada tradição francesa, esta reflexão se assenta na investigação da mediação entre sujeitos e objetos, mais precisamente na mediação editorial que põe em conjunção, conforme terminologia vigente, *pesquisadores* e *produtos*, os quais configuram o objeto editorial *artigo científico*. Ao recolhermos um conjunto de dados relativos a dois periódicos qualificados, entrevistamos suas equipes levando em conta o entrelaçamento de regras, métricas e categorias de avaliação em vigor. Entre outras constatações, parece possível afirmar que o que se refere por *humanidades* no universo das publicações científicas agrupa tudo o que funciona como uma espécie de outro das chamadas *ciências duras*.

**Palavras-chave** | Comunicação científica. Escrita acadêmica. Ritos genéticos editoriais.

**Abstract** | Among the wide discussion about scientific communication, this article outlines the editorial process of the so-called humanities, considering that the practices it subsumes affect enormously the academic writing. In order to be communicated (an inescapable condition), all research must comply with different guidelines marked out by evaluation metrics and arising practices, otherwise it will not be endorsed as knowledge, so it configures both training for research and formalization of the research itself. In view of this fact, we assume a mediological approach (DEBRAY, 2000a, b), that is, in the epistemological framework of the so-called French Discourse Analyses, this essay derives from an investigation of mediation between humans and objects, more precisely of the publishing mediation which establishes the conjunction of *researchers* and *products*, giving to the light as an editorial object the *scientific article*, as if they are current classified. In order to analyze data of two qualified journals, we interviewed both teams taking into account the ensemble of rules in force. It seems possible to stand, among others aspects, that all materials published as *humanities* functions as a kind of *other* of the so-called *hard sciences*. **Keywords** | Academic writing. Publishing genetic rites. Scientific communication.

<sup>1</sup> Salgado. Ufscar. Endereço eletrônico: lucianasalazarsalgado@gmail.com

<sup>2</sup> Clares. Ufscar. Endereço eletrônico: leticia.clares@gmail.com

## Introdução

A escrita de textos científicos nas humanidades pode parecer uma tarefa bizarra, se se mantêm na sua estrutura itens como Material e Métodos ou Processos e Produtos, entre outros expedientes típicos de pesquisas de caráter laboratorial passíveis de gerar patentes. Não raro se diz, procurando-lhes um salvo-conduto, que são textos *acadêmicos*. Mas esse termo, comutável com *científico* em algumas ocasiões, no caso dos artigos publicados em periódicos qualificados, não funciona como estratégia classificatória, posto que os artigos são hoje, sobretudo, uma função algorítmica recuperável na *web*, que dá sustentação a programas de pós-graduação, carreiras docentes e projeção internacional. *Acadêmico* é, nessa conjuntura, um termo opacificador do que se pretende evidente: o conhecimento precisamente etiquetado.

Essa problemática é tão recente quanto ampla, e abordada por trabalhos de diferentes perspectivas<sup>3</sup>. Aqui, com base no quadro teórico referido por análise do discurso de tradição francesa<sup>4</sup>, assumimos a perspectiva da mediação editorial para pensar nas injunções institucionais que se sobrepõem e, numa complexa dinâmica técnica e política, incidem sobre a tarefa incontornável de escrever um artigo científico nas humanidades. Trata-se de dar ênfase ao objeto correlato a essa prática, entendendo-o como *objeto editorial*, portanto objeto técnico constituído numa rede de práticas e valores relativos à difusão textual, que é também por ele constituída. Enfim, trata-se de assumir um raciocínio mediológico (DEBRAY, 2000a, p. 139):

Por um lado, privilegiando a dimensão diacrônica, perguntar-nos-emos por quais redes de transmissão e formas de organização se constituiu esta ou aquela herança cultural. De que maneira foram instituídos os “pensamentos fundadores”? Qual meio físico e mental tiveram de atravessar, de que maneira negociaram com ele, que tipo de compromisso tiveram de aceitar? E a questão dirigir-se-á tanto à grande religião histórica quando à ideologia secular, tanto à esfera de influência quanto às capelinhas. Por outro lado, privilegiando o corte

---

3 Gostaríamos de registrar teóricos que balizam estas reflexões, posto que não detalharemos a vasta problemática; de fato, nós a pressupomos com estes parâmetros: 1. em termos de letramento acadêmico (STREET, 2010; CURRY; LILLIS, 2014); 2. em termos de avaliação bibliométrica e classificatória (TARGINO, 1999; SILVA; MUELLER, 2015); em termos editoriais (WATERS, 2006; GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2008).

4 Em breves linhas: considera-se a língua como constitutivamente opaca e polissêmica, e os sujeitos sempre em trabalho de constituição de um “si mesmo”, habitando a língua em suas conjunturas de interlocução, que são sempre marcadas por lugares sociais definidos na sobreposição das temporalidades de que se faz a história.

sincrônico, perguntar-nos-emos de que maneira a aparição de uma aparelhagem modifica uma instituição, uma teoria estabelecida ou uma prática já codificada. De que maneira um novo objeto técnico leva um campo tradicional a modificar-se? Por exemplo, qual efeito as gerações sucessivas de imagens gravadas (a fotografia, o cinema, o sistema digital) tiveram sobre a administração da prova nas ciências?

Esta é uma metodologia que pode ser entendida como refinamento da proposta descritivo-interpretativa característica dos estudos do discurso, na medida em que importa investigar o que se chamou até aqui “suporte” na sua relação direta com os modos de circulação, considerando que não há, de fato, uma materialidade inerte anterior à inscrição num meio de difusão, tampouco anterior à inscrição do material linguístico que o justifica e, mais amplamente, lhe atribui valor sígnico: o signo está dado no que referimos por *mídiun*, uma confluência de *matrizes de sociabilidade* e *vetores de sensibilidade* (DEBRAY, 2000b).

Essas matrizes (em termos discursivos, institucionalidades fiadoras de discursos) são o que o mediólogo refere por *organização materializada* – OM, o modo como a sociedade se organiza “encarnando” suas práticas e valores em sistemas de objetos. Esses vetores (em termos discursivos, dispositivos inscricionais com valor genérico) são o que o mediólogo refere por *matéria organizada* – MO, o modo como os objetos resultam de lógicas de uso e impõem lógicas de uso, nem sempre coincidentes. A metodologia consiste, então, em conjugar OM/MO. Neste caso, conforme detalharemos adiante, propõe-se apreender os artigos como partícipes das formalizações materiais dos periódicos científicos (MO), e a comunicação científica como uma rede de instituições alicerçadas da ciência que se comunica (OM).

Dadas estas balizas, enunciamos o que se pode designar como quatro questões fundamentais regedoras da comunicação científica no Brasil hoje: 1. a dominação das ciências exatas e naturais com relação às ciências humanas; 2. as pressões de avaliação quantitativa de periódicos e de pesquisadores; 3. as pressões pela internacionalização das publicações científicas; 4. a mudança tecnológica dada pelo uso da plataforma SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas). Considerando que o entrelaçamento delas engendra um regime de funcionamento da comunicação científica atual, definindo-a como produção de uma “comunidade científica”, chegamos a um problema de fundo que nos leva à seguinte hipótese de trabalho: em termos discursivos, trata-se de uma *instituição discursiva* cuja sustentação é dada pelo convívio de diferentes *comunidades discursivas*, definidas por áreas, talvez, ou por campos, ou disciplinas... (cf. CLARES, 2017). Categorias de difícil definição, pois se trata de considerar a escala do vivido, na qual as pesquisas e as escritas efetivamente se dão.

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

## Regulamentação da comunicação científica e mediação editorial

Em grandes linhas, podemos dizer que, no Brasil, todo o sistema que regulamenta os periódicos é atualmente pautado por duas entidades: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma fundação do Ministério da Educação que visa expandir e consolidar a pós-graduação brasileira, e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), uma biblioteca eletrônica que, resultado de um projeto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), reúne periódicos científicos brasileiros na Coleção SciELO Brasil, com o objetivo declarado de proporcionar acesso aberto às revistas indexadas.

Entre as funções da CAPES, estão a avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, a promoção do acesso à produção científica e sua divulgação, o investimento na formação de recursos de alto nível no país e no exterior e a promoção da cooperação científica internacional (COORDENAÇÃO..., 2012). Essa avaliação, orientada por uma Diretoria de Avaliação e realizada por meio de consultores *ad hoc*, a partir de critérios estabelecidos pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), é feita em 49 áreas de avaliação agregadas em dois níveis, o de Colégios e o de Grandes Áreas. Essas áreas são, então, categorias que se definem conforme três Colégios e nove Grandes Áreas:

COLÉGIO DE HUMANIDADES			COLÉGIO DE CIÊNCIAS DA VIDA		
CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS DA SAÚDE
Antropologia / Arqueologia	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	Artes / Música	Ciência de Alimentos	Biodiversidade	Educação Física
Ciência Política e Relações Internacionais	Arquitetura e Urbanismo	Letras / Linguística	Ciências Agrárias I	Ciências Biológicas I	Enfermagem
Educação	Ciências Sociais Aplicadas		Medicina Veterinária	Ciências Biológicas II	Farmácia
Filosofia	Direito		Zootecnia / Recursos Pesqueiros	Ciências Biológicas III	Medicina I
Geografia	Economia				Medicina II
História	Planejamento Urbano e Regional / Demografia				Medicina III
Psicologia	Serviço Social				Nutrição
Sociologia					Odontologia
Teologia					Saúde Coletiva

  

COLÉGIO DE CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E MULTIDISCIPLINAR		
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	ENGENHARIAS	MULTIDISCIPLINAR
Astronomia / Física	Engenharias I	Biotecnologia
Ciência da Computação	Engenharias II	Ciências Ambientais
Geociências	Engenharias III	Ensino
Matemática / Probabilidade e Estatística	Engenharias IV	Interdisciplinar
Química		Materials

**Figura 1** – Quadros dos colégios

Fonte: Coordenação..., 2014a

Dentro de cada área de avaliação, estão organizadas as Áreas do Conhecimento. A agência disponibiliza essas categorias na Tabela de Áreas do Conhecimento/Avaliação, que estabelece uma hierarquização dessas Áreas em quatro níveis, do mais geral ao mais específico (Cf. COORDENAÇÃO..., 2014b). Temos, então, as nove Grandes Áreas nas quais as 49 áreas de avaliação/Áreas do Conhecimento são agrupadas, cada uma com suas subáreas que, por sua vez, contemplam diferentes especialidades – estas, categorias que podem aparecer em mais de uma Grande Área, Área do Conhecimento ou Subárea.

A SciELO, embora não se proponha diretamente uma agência de regulamentação e fomento da produção científica brasileira, é responsável por sua distribuição, já que o Projeto FAPESP/BIREME/CNPq de que resulta tem como objetivo desenvolver uma metodologia para armazenamento, disseminação, preparação e avaliação dessa produção. Criada em 1997 como um projeto piloto, opera regularmente desde 1998 como um modelo de publicação eletrônico de periódicos científicos. Esse modelo é formado por três componentes: a Metodologia SciELO, sua aplicação na operação de *sites* de coleções de revistas eletrônicas e o desenvolvimento de alianças entre atores nacionais

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

e internacionais. Assim, a SciELO também se configura como uma base de indexação de revistas, reunindo em sua coleção periódicos selecionados por um Comitê Consultivo. Esse Comitê é formado por 10 membros – o Diretor do Programa SciELO, que coordena o Comitê, cinco editores representantes das áreas de Ciências Agrárias, Biológicas, Exatas, Humanas e Letras, Linguística e Artes, e quatro representantes institucionais: da Abec, da FAPESP, do CNPq e da CAPES.

Para que um periódico seja incluído na Coleção SciELO Brasil, é preciso que passe por um processo de admissão que se inicia com a submissão do pedido do editor, por meio de uma carta enviada ao Comitê Consultivo anexa à documentação pertinente, seguida pelas etapas de “*pré-avaliação do periódico sobre o cumprimento das condições formais para a avaliação para o ingresso na Coleção SciELO Brasil, avaliação de formato e endogenia, avaliação de mérito científico por pares e a avaliação final do Comitê Consultivo.*” (SCIENTIFIC..., 2016, grifos do *site*). Tanto para a admissão quanto para a permanência na Coleção, os periódicos devem atender ao documento *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil* (SCIENTIFIC..., 2014).

Esses critérios avaliam desde o caráter científico dos periódicos, sua gestão editorial e periodicidade de publicação, até a forma de apresentação dos artigos. Porque a circulação e a visibilidade de um periódico estão inevitavelmente relacionadas à sua indexação, todas as revistas científicas buscam se adequar aos critérios de portais como o da SciELO e o da CAPES para constar em suas coleções. Nesse sentido, as equipes editoriais estão sempre se reorganizando para trabalhar conforme surgem novas exigências. Portanto, entre esses marcos gerais é que operam as normas e rotinas dos periódicos, que devem lidar com as quatro questões fundamentais enumeradas acima. Eis o interesse na perspectiva da mediação editorial.

Detenhamo-nos num breve esclarecimento sobre os expedientes que, na mediação editorial, podemos chamar de ritos genéticos editoriais, com suas respectivas normas e técnicas, que compõem o tratamento editorial de textos destinados à publicação, conjunto que orienta (e reorienta) arranjos, e desse modo é que participa da composição (e das recomposições) dos projetos editoriais (Cf. SALGADO, 2016). As normas de submissão dos periódicos, as decisões dos editores sobre a seleção de pareceristas e sobre os pareceres que emitem, as intervenções desses pareceres sobre o retrabalho dos autores, que não raro implicam modificações substantivas no modo de apresentação da pesquisa, a revisão de textos e a normalização final, tudo isso se conjuga, hoje, ao trabalho de marcação dos textos, que consiste em etiquetar categoricamente todas as seções dos

artigos científicos de acordo com o padrão específico de cada periódico, de modo a atender à atual exigência da linguagem XML – o que é altamente relevante: o artigo precisa, antes de mais nada, ser encontrado, é preciso haver cliques e *downloads*. Consideremos o dado a seguir: uma troca de *e-mails* sobre artigo submetido a um periódico qualificado 5:

#### **Parecer enviado pela Comissão Editorial**

“Aprova com ajustes”

[...] enviamos seu artigo a nossos pareceristas, os quais fizeram algumas sugestões, que seguem abaixo. Pediríamos que você as levasse em consideração e nos reencaminhasse novamente o texto até o dia x a fim de seguir para publicação.

- Sugere-se repensar o título [#literaturaemcirculacao], pois não vai funcionar bem numa revista acadêmica.

#### **Resposta da autora aos editores**

- o título foi alterado para uma formulação canônica [Notas sobre a produção de valor: um breve estudo da recente circulação do poema “Viva Vaia”, de Augusto de Campos] em substituição à evocação das novas mídias, conforme solicitação.

#### **Resposta da assistente editorial**

Na fase de preparação dos originais, verificou-se que o título sugerido na nova versão de seu artigo precisa ainda de um ajuste. Antes de tudo, agradecemos sua boa vontade ao alterá-lo da primeira vez, e gostaríamos de esclarecer o ponto de vista dos editores. O título anterior não funcionaria bem com os motores de busca do site da revista e de boa parte dos indexadores que replicam nossos artigos, que têm suas limitações. Isso representaria uma dificuldade de acessos ao artigo.

---

5 Dado relevante, embora inexplorável, registre-se a dificuldade da pesquisa sobre a comunicação científica, na medida em que não se podem declarar nomes de autores, textos integrais dos pareceres, título do dossiê ou do periódico: faz parte dos ritos genéticos editoriais em periódicos científicos que os artigos, supostamente gêneros de circulação pública, sejam tratados como os próprios pareceres – em sigilo. São, portanto, gêneros de circulação restrita em várias etapas editoriais. Abre-se aí uma discussão interessante sobre *regimes de genericidade*, que não desenvolveremos neste artigo, mas importa registrar, ainda, que os Comitês de Ética não têm parâmetros para trabalhar com esse tipo de dado e, assim, não balizam nem avalizam a pesquisa sobre os modos de difusão das pesquisas. Todos os dados deste artigo fazem parte do banco constituído no LABEPPE – Laboratório de Escritas Profissionais e Processos de Edição, sediado no DL/UFSCar, inclusive as entrevistas, indicadas neste texto pelo ano em que foram feitas.

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

Por sua vez, o título novo foi considerado extenso. Títulos grandes e com excesso de detalhes não são funcionais para a diagramação e o sumário da revista (para mais informações sobre o teor do artigo, os leitores têm resumo à disposição). Além disso, termos como “notas” e “breve estudo” parecem desmerecer o conteúdo do artigo, efeito que não é desejável.

Diante dessas considerações, gostaríamos de contar com sua compreensão para chegarmos num consenso. Sugerimos a alternativa a seguir como uma versão mais enxuta, mas estamos abertos a outras formulações, considerando os comentários tecidos acima.

“Novo título”

Se estiver de acordo, faremos a alteração aqui.

Submetido a um periódico de estudos de literatura brasileira para um dossiê sobre literatura e novas mídias, o artigo foi aprovado com uma série de demandas, das quais destacamos a sugestão de “repensar o título” *#literaturaemcirculacao*, que, segundo os pareceristas, “não vai funcionar bem em uma revista acadêmica”. Vemos que essa primeira justificativa para a mudança não se apoia em decisões técnico-científicas ou ajustes linguístico-discursivos, mas na identificação do que se considera cabível: o uso de uma *tag*, empregada como “evocação das novas mídias” propostas como tema do dossiê, foi entendido como subversão da formalidade esperada para o título de um artigo científico. Isso é especialmente interessante se levarmos em conta o fato de o dossiê ser dedicado às formas digitais de registro.

Ainda que a título de sugestão, esse apontamento do parecerista não pretende estabelecer um diálogo com a autora, já que não se prevê troca de arquivos, mas uma apreciação que a leve à mudança de título posta como necessária pelo *status* conferido ao parecer (aprovado com ajustes). A autora acata a sugestão e altera o título “para uma formulação canônica”, propondo “Notas sobre a produção de valor: um breve estudo da recente circulação do poema “Viva Vaia”, de Augusto de Campos”, que também recebe sugestões de mudança, agora feitas na etapa de “preparação de originais” e legitimadas pelo editor, conforme apontado pela assistente editorial. Para justificar a nova intervenção, a assistente dá um novo argumento para a sugestão anterior, agora embasado tecnicamente na “dificuldade de acesso ao artigo”, dadas as limitações dos “motores de busca do site da revista” e “de boa parte dos indexadores que replicam” seus artigos. Esse é um dado que exemplifica a relação intrínseca entre os ritos genéticos editoriais nos periódicos e as normas CAPES e SciELO, uma vez que a indexação de periódicos e esses motores de busca incentivam o desmembramento das revistas, ao funcionarem a partir da localização

de títulos de artigos, e não de números completos, mesmo no caso de dossiês temáticos. Cientes dessas restrições, os editores da revista validam a sugestão de mudança de título feita pelos pareceristas, apoiados num novo argumento.

Na sequência da justificativa para o problema encontrado no novo título, “considerado extenso” pela preparação, a assistente editorial recorre a outro argumento técnico, agora da ordem da diagramação – “títulos grandes e com excesso de detalhes não são funcionais para a diagramação e o sumário da revista”. Essa economia de espaço em algumas seções dos periódicos é uma necessidade muitas vezes motivada por questões financeiras, relacionadas à mudança de periodicidade e ao aumento da quantidade de artigos publicados por número, imposições dos critérios SciELO que exigem que as equipes editoriais repensem seus projetos gráficos, condicionadas pela redistribuição de orçamentos.

Na mesma etapa, por fim, é sugerida uma nova textualização desse título, pois afirma-se que “termos como ‘notas’ e ‘breve estudo’ parecem desmerecer o conteúdo do artigo”. Não mostraremos aqui o novo título proposto, a fim de resguardar a identidade do periódico, mas é evidente que esse ajuste não seja da ordem da correção ou da prescrição, e sim da calibragem, entendida como necessária para evitar que seja atribuído ao conteúdo do artigo um caráter de *nota* ou de *breve estudo*, “efeito que não é desejável”, que é tido como demérito, dado um certo imaginário do qual o preparador acredita que o artigo deva se afastar.

Com base nesta breve análise, vemos que são muitas as implicações a serem consideradas em cada etapa de tratamento editorial de artigos, e isso significa que trabalhar sobre um texto destinado à publicação é, de muitas maneiras, participar de sua constituição, pois o trabalho se dá no âmbito da própria enunciação, como uma coenunciação explicitada.

Entendemos, com a noção de ritos genéticos editoriais, que o parecerista, assim como o revisor de textos, o preparador de originais e todos os profissionais envolvidos nas etapas autorais de tratamento dos textos de um projeto editorial, também se constitui como um *coenunciador editorial*, dado que as manobras que delinea no texto propõem um tipo de participação que se pretende constitutiva da versão que será publicada. E todos estão – assimetricamente, é verdade – operando entre as coerções dadas pelas quatro questões fundamentais acima enunciadas, que configuram, da perspectiva aqui assumida, as condições de produção dos periódicos científicos, presididas pelas entidades regulamentadoras.

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

## A regulamentação incide sobre a rotina editorial e sobre os textos, portanto

Para um estudo mais detido, selecionamos dois periódicos que podem ser considerados, a princípio, de *humanidades*: a *Rieb*, Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, e a *Geosp*, Revista dos Programas de Pós-graduação em Geografia Física e Geografia Humana do Departamento de Geografia da FFLCH-USP, ambos longevos e bem qualificados. Consultando os números das revistas, poderíamos considerar ambas de Ciências Humanas com perfil Interdisciplinar – a *Rieb* pela diversidade de áreas que publica, a *Geosp* devido às duas especialidades da área de Geografia (física e humana) que contempla. Porém, ao consultarmos a estratificação Qualis na Plataforma Sucupira, disponível para os anos de 2011 a 2014, os resultados revelam divergências, se comparados ao escopo declarado pelos periódicos<sup>6</sup>.

De saída, a *Rieb* não pode ser considerada uma revista de Ciências Humanas porque é classificada, nos quatro eventos consultados (2011, 2012, 2013 e 2014), em diferentes áreas do conhecimento das três Grandes Áreas do Colégio de Humanidades, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes, como é possível verificar, por exemplo, no Qualis 2014.

Embora esteja claro na apresentação de suas políticas editoriais, no portal SIBiUSP (Sistema Integrado de Bibliotecas da USP), que a revista visa “publicar artigos originais e inéditos, resenhas e documentos relacionados aos estudos brasileiros (História, Literatura, Artes, Música, Geografia, Economia, Direito, Ciências Sociais, Arquitetura etc.)” (REVISTA..., 2016), no Qualis 2013 também é classificada na área de Ciências Ambientais. Isso significa que, no período avaliado, publicou artigos considerados de interesse direto para essa área, que, segundo a organização da CAPES, está localizada no Colégio de

---

6 Importa registrar que os dois periódicos em tela foram selecionados conforme as características que serão estudadas: apresentam-se como de humanidades; lidam com problemas (desde a diagramação à categorização avaliativa) relativos à variedade de textos que abrigam; são qualificados no maior extrato Qualis, portanto atendem a boa parte das exigências em vigor; viveram recentemente a migração para a plataforma SEER, a partir de um processo pautado nacionalmente pelo trabalho paradigmático do SIBiUSP, ao qual ambas as revistas tiveram franco acesso e de que puderam solicitar assessoria imediata, isto é, operaram em boas condições técnicas de migração; têm verba destinada ao processo editorial. Interessava investigar em periódicos de excelência reconhecida os problemas de funcionamento que enfrentam e que, ao serem geridos, recaem sobre a escrita acadêmica, estabelecendo parâmetros de comunicação das pesquisas. Não se pretendeu estudar periódicos que, em suas condições locais, enfrentam problemas mais básicos de estruturação. Por fim, cabe sublinhar que se trata de periódicos cujos editores, à época da coleta de dados, eram sensíveis às questões do processo editorial na pesquisa científica, o que não se verificou em outros casos de editorias consultadas entre periódicos classificados como A àquela altura, que não souberam responder às questões ou não se sentiram à vontade para expor os procedimentos adotados nas revistas.

Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, mais especificamente na Grande Área Multidisciplinar. Essa classificação surpreende até verificarmos que a área Interdisciplinar, na qual a revista é estratificada nos quatro eventos de classificação consultados, também pertence à Grande Área Multidisciplinar do referido Colégio. Consultando o documento de área mais recente, entendemos que, ainda que a área Interdisciplinar pertença ao Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, a *Rieb* pode ser considerada uma revista de humanidades, pois mesmo nessa área é avaliada na Câmara Temática II – Sociais & Humanidades.

A *Geosp* é de natureza ainda mais heterogênea. Ao verificarmos sua estratificação na plataforma nos quatro eventos de classificação disponíveis, não é possível localizá-la nos Qualis 2013 e 2014 pelo ISSN – International Standard Serial Number atual, da revista eletrônica, mas pelo título *Geosp*, a partir do qual aparece a classificação com o ISSN antigo, referente à revista impressa. Nos Qualis 2011 e 2012, entretanto, a estratificação é encontrada normalmente pelo ISSN da revista eletrônica.

Essa indefinição provavelmente se deve ao fato de a *Geosp* ter alterado o ISSN para a versão eletrônica apenas em 2014, apesar de não circular na versão impressa desde 2010. Segundo o editor da revista, “as editoras anteriores nem sabiam que deveria ser usado outro ISSN, o de revista em plataforma digital”, e “o modo como ela continuou é como se fosse impressa, o ISSN dela era da revista impressa” (Entrevista *Geosp*, 2014). Ainda assim, esse ponto indica uma brecha no processo de avaliação da CAPES, pois é exigido o uso de um ISSN próprio para a revista eletrônica que, na prática, não necessariamente é cobrado. Com relação à sua classificação, a *Geosp* se considera “uma revista acadêmica na área de geografia” (GEOUSP, 2016). Entretanto, os Qualis consultados mostram que ela é estratificada em outras áreas, distribuídas não só no Colégio de Humanidades, mas também no de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar e no de Ciências da Vida. Nos Qualis 2011 e 2012, por exemplo, é classificada na área de Ciências Agrárias I, no Qualis 2013, nas áreas de Engenharias I, Engenharias III e Geociências, e no Qualis 2014, na área de Ciências Ambientais.

Se observarmos as Políticas de Seção disponibilizadas no seu *site*, os eixos temáticos *do ambiente e da sociedade, das questões agrícolas e agrárias e da cidade e do urbano* podem justificar, em certa medida, a classificação em algumas dessas outras áreas de avaliação, uma vez que artigos publicados nesses eixos podem ser considerados de interesse comum para essas áreas. Mesmo com tantas ressalvas, a *Geosp* também pode ser considerada um periódico de humanidades, pois as duas frentes que publica, geografia humana e geografia física, embora tenham afinidade com outras áreas de conhecimento, estão

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

institucionalmente relacionadas às ciências humanas e sociais, ambas compreendidas no Colégio de Humanidades.

Imprecisões como essas nos dão notícia da complexidade do processo de avaliação de periódicos, dada a heterogeneidade de categorizações que, ora atendidas, ora renormalizadas, precisam ser consideradas no cotidiano de trabalho. Dessa perspectiva, a *Geosp* e a *Rieb* lidam com diversos desafios para atender aos critérios de avaliação que as mantêm em funcionamento. Tais desafios têm sido expressos pelos editores da *Rieb* em uma série de editoriais recentes. No número 60, de abril de 2015, o texto começa com o seguinte alerta:

Há dois números, afirmamos a necessidade de os pesquisadores refletirem sobre os possíveis danos causados pela crescente fragmentação e descaracterização das revistas acadêmicas, algo facilitado pelos novos suportes digitais e pelos consequentes mecanismos de busca. De fato, parece-nos urgente a crítica de tal estado. Um dos sinais que indicam essa urgência é a progressiva substituição da avaliação qualitativa da pesquisa científica, da qual o artigo vem a ser um dos resultados, pela avaliação quantitativa baseada na lei de oferta e demanda. Não é difícil de perceber que esse tipo de avaliação tende a aplicar à esfera do conhecimento, de forma indiscriminada, uma relação elementar da esfera econômica e os procedimentos que lhe são associados. Com isso, dentre outros efeitos, corre-se o sério risco de ignorar as especificidades dos processos de maturação, assimilação e repercussão do trabalho científico nas Humanidades. Já é tempo de os periódicos discutirem de forma mais aprofundada o valor dessas ações, posicionando-se sobre as relações que devem pautar, em última análise, o sistema universitário brasileiro. (REVISTA..., 2015a)

A fragmentação e a descaracterização de revistas acadêmicas de que falam os editores nesse número, retomando o 58, de junho de 2014, em que o apelo aparece pela primeira vez, são consequências do funcionamento das bases de indexação de periódicos exigidas tanto pela CAPES como pela SciELO. Em geral, essas bases não disponibilizam números completos dos periódicos, mas possibilitam, por meio dos mecanismos de busca comentados no editorial, acesso por artigo. O desmembramento de periódicos em artigos também é incentivado pelas agências de regulamentação de periódicos quando estas disseminam orientações que forcem cada vez mais essa medida. Segundo os assistentes editoriais da *Rieb*, “a SciELO informou via ofício que os artigos podem ser publicados conforme vão sendo aprovados. Como assim? Isso aqui é uma revista.”

(Entrevista Rieb, 2015). Para a *Rieb*, o problema se agrava porque, além de publicada nas versões impressa e eletrônica, a revista também pode ter dossiês temáticos:

Os últimos números, por exemplo, têm dossiês, então como é possível publicar um artigo separado se ele é parte de um dossiê? Mas tudo é muito entendido como a interface de veiculação, então entender em que medida é possível dialogar o projeto gráfico de uma revista impressa com essas interfaces é um desafio. Diante disso, a proposta de um novo projeto gráfico vai de encontro com a tentativa de estabelecer algumas diretrizes nesse sentido, já que ter a mesma identidade [versão impressa e digital] vai ser muito difícil. (Entrevista Rieb, 2015)

Além de incidir sobre o trabalho das equipes editoriais das revistas, a fragmentação de periódicos, ao ser entendida como necessidade para a visibilidade destes ou mesmo para a democratização do acesso ao conhecimento, camufla os outros dois problemas apontados pelos editores da *Rieb* no referido editorial: a avaliação quantitativa da pesquisa científica em detrimento da qualitativa e a conseqüente inobservância das especificidades do trabalho científico nas humanidades. O questionamento sobre a quantificação da produção aparece também no início do editorial do número 61, de agosto de 2015:

O número 61 da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros cumpre a nova periodicidade quadrimestral da publicação. Ao mesmo tempo que isso permite um aumento do escoamento da produção científica na área de humanidades, o desafio da manutenção da qualidade se torna maior; afinal, estamos imersos numa cultura acadêmica que tende temerariamente a valorizar mais o plano quantitativo de sua produção. (REVISTA..., 2015b)

A produtividade estimulada pela quantificação do trabalho acadêmico descaracteriza um certo entendimento da produção de conhecimento, talvez especialmente nas humanidades, que precisa de um tempo não laboratorialmente controlado para observação de fenômenos, delimitação de objetos e maturação das reflexões atinentes. E a própria exigência da indexação em formato eletrônico, que desestimula a circulação de revistas impressas ou, pelo menos, dificulta seus expedientes, dá margem para o excesso de publicações. Sobre os efeitos da versão eletrônica, o editor da *Geosp* comenta:

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

A revista eletrônica tem um lado bom e um lado bastante complicado que é: você tinha um punhado de revistas, essas revistas que mantinham uma tradição, mas a produção acadêmica aumentou muito no Brasil; acho que a revista eletrônica responde a uma demanda que estava batendo na porta, fica mais fácil de publicar porque você tem centenas de revistas eletrônicas. Agora, quem lê a revista eletrônica? Você acha um artigo ou outro quando você está ali produzindo uma tese ou uma dissertação ou um artigo, e as revistas tinham um prestígio maior de ser buscadas e se dizer “oh, a revista x é a revista que traz não só artigos de pesquisa”, porque, se você olhar, a maior parte das revistas são revistas que trazem o quê? Resultados de pesquisa parciais ou sínteses de uma tese ou de uma dissertação, e então quem vai ler isso? Um público que também está ligado àquela temática, e não acho que esse deve ser o caminho das revistas que querem ser boas, que querem se destacar; [...] a chegada da revista eletrônica produziu um efeito reverso, ou seja, democratizou? Democratizou, mas publicizou de tudo e fez o interesse baixar. Então as pessoas citam umas às outras, mas por quê? Porque abriu-se essa possibilidade legal, normativa, técnica, né? (Entrevista Geousp, 2014)

Essa preocupação com o que é publicado e com o público leitor se relaciona diretamente com o critério de periodicidade, que, ao impor números mínimos de artigos e de volumes anuais, estimula o aceite de textos que talvez não fossem publicados em um fluxo de produção mais condizente com o escopo do periódico, ou seriam reunidos em uma seção específica, caso os prazos permitissem. Sobre a mudança de periodicidade semestral para quadrimestral, a assistente editorial e diagramadora da *Rieb* pontua:

Como, de acordo com a SciELO, a revista tem que publicar 25 artigos por ano, ficou definido dividir isso nos 3 números anuais, o que dá mais ou menos 9 artigos por número. A partir desse número [n. 60, de abril de 2015], a revista passou a ser quadrimestral – a SciELO publicou os novos parâmetros em setembro de 2014 e estes passaram a valer a partir de janeiro de 2015 –, então esse ano [2015] vai ser 60, 61 e 62, abril, agosto e dezembro. A SciELO definiu, nesses critérios, que as revistas não podem mais ser semestrais, mas, no mínimo, quadrimestrais, e o desejável é que sejam trimestrais. É muito trabalho para a equipe, que não cuida só da revista, mas de toda a divulgação do IEB. (Entrevista Rieb, 2015)

Nesse processo de edição, há, ainda, a pressão pela internacionalização de artigos e periódicos, motivada pelas agências de regulamentação da produção científica, e a atual tendência de os periódicos publicarem seus artigos em inglês ou em português/

inglês tem criado uma demanda crescente por tratamento de textos nesse idioma; aumenta o número de empresas que oferecem o serviço e também os cursos e *workshops* sobre a aplicação do *Plain English*, um inglês simplificado, usual para a versão de artigos científicos “ao inglês”. A partir dessa estratégia, impõe-se um formato de artigo curto e acessível porque escrito numa “língua” “objetiva”, supostamente válida para quaisquer áreas de saber e qualquer tipo de pesquisa, e que será, assim, aceito para publicação em periódicos internacionais de alto impacto. Interessante notar como sempre o mesmo pequeno número de palestrantes, todos praticantes das ciências duras, é chamado a ensinar como se escreve um artigo científico (Cf. CLARES, 2017).

Considerando os periódicos que acompanhamos aqui, vemos que há outras questões não contempladas no dito processo de internacionalização. Por exemplo: apesar de a *Geosp* só publicar artigos em português, a indicação de título em inglês, *abstract* e *keywords* é um protocolo estabelecido pelos critérios SciELO quanto à internacionalização, cuja tabela de porcentagens anuais prevê para a área de Humanas o mínimo de 25% e o recomendado de 30% dos artigos das revistas em inglês, imposição que não condiz com um projeto que visa, como projeto político, à internacionalização na América Latina:

[...] a ambição do departamento é também de que [a revista] cresça, a gente quer que ela seja internacional. O projeto para a revista é transformá-la em bilíngue, ela não vai ter todos os artigos em duas línguas, mas vai aceitar artigos em castelhano, espanhol, da América Latina, porque a ideia é que ela se internacionalize na América Latina em primeiro lugar. Muitas vezes, o que se busca é que ela tenha [artigos] em inglês, que ela tenha uma versão em inglês de todos os artigos, porque isso é como se faz no mundo todo, mas acontece que essa realidade é menos proficiente para a revista ser reconhecida, colocar os textos em inglês não necessariamente fará ela ser tão reconhecida no mundo como vai ser na América Latina, especialmente na América do Sul, que é onde a gente tem muita parceria e muita gente vai querer publicar aqui e vai também ler a revista, vai entrar em contato com a revista. (Entrevista Geosp, 2014)

Apesar disso, busca-se atender ao critério, posto que é inescapável para sua indexação na base SciELO, e isso requer outras medidas que reestruturem a equipe para o trabalho com artigos em outros idiomas, a começar pelos pareceristas:

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

[...] o contato com colegas da Argentina que estão no Brasil [na USP] é importante para ajudar a encontrar acadêmicos de estofa em todos os países aqui do Sul para compor o Conselho Científico e, assim, com esses contatos, encontrar outros que esses acadêmicos possam indicar, pois a revista precisa de pareceristas, já que não é possível a revista “abrir a língua” e não ter quem a domine para fazer o parecer conseguindo indicar se há problemas de texto, gramaticais, por exemplo. Um parecerista que leia em espanhol, mas seja falante de português, poderá compreender o artigo, mas não saberá indicar esse tipo de problema, o que diminui a qualidade da revista, e isso não pode acontecer. (Entrevista Geousp, 2014)

Na *Geousp* e na *Rieb*, a aba *sobre a revista* contempla a seção *diretrizes para autores*, que apresenta as normas das revistas (tipos de textos aceitos, formato de arquivo a ser enviado, normalização dos textos) e a seção *sobre este sistema de publicação*, que expõe um fluxograma do processo editorial dos periódicos na plataforma SEER: *software* aberto e gratuito desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) a partir da tradução do Open Journal Systems (OJS), indicado para a construção e a gestão de publicações periódicas eletrônicas em todo o mundo.

Se retomarmos o referido fluxograma, que é padrão para todas as revistas que usam o SEER, veremos que é apresentado um percurso da submissão à publicação dos textos via esse sistema, explicitando alguns agentes envolvidos nesse processo e suas respectivas funções. A partir desse padrão, o texto é submetido pelo autor, passa pelo editor, editor de seção e editor gerente, vai para o avaliador, o editor de texto, o editor de *layout* e o leitor de provas e, entre idas e vindas de uma etapa a outra, chega à versão final pronto para publicação. Nesse fluxograma, porém, não estão indicados todos os protocolos possíveis em cada uma das revistas que usam o SEER, mas etapas previstas segundo determinada organização do sistema, que refere com imprecisão, por exemplo, as etapas de tratamento linguístico, chamadas *edição de texto* e *leitura de provas*, que, diferentemente das demais, não apresentam nenhuma descrição, e de *avaliação*, cuja descrição limita-se ao fato de que o “avaliador encaminha avaliação cega e recomendações (podendo ser classificadas pelo editor)”, o que não esclarece que tipo de intervenção cabe a essa avaliação – donde as variações nos processos, como as apresentadas acima, no caso do dossiê de literatura e novas mídias. Os termos *editor de texto* e *leitor de provas* também não deixam claras as leituras possíveis nessas etapas ou como se espera que elas aconteçam, e não há referência a etapas como a tradução, o que dá notícia do apagamento de alguns expedientes.

A mudança de periodicidade imposta pelos novos critérios SciELO a partir de 2015, no caso da *Rieb*, exigiu a reestruturação da divisão de tarefas, como aponta a assistente editorial:

Com a mudança da periodicidade da revista de semestral para quadrimestral, está complicado para a equipe, pois tudo, exceto a preparação, é feito internamente. Hoje, a difusão [cultural] conta com duas pessoas fixas, que somos eu e a Regina, e uma estagiária, e está chegando uma outra estagiária. [...] Então, o que aconteceu? A gente tem uma equipe muito pequena para fazer isso, e é a gente que cuida do painel com atualização, com pedido de parecerista, a gente trata com os pareceristas. (Entrevista Rieb, 2015)

Na comunicação científica, as normas não só incidem de maneiras específicas sobre as diferentes práticas dos coenunciadores editoriais envolvidos na produção de periódicos, mas são também constantemente renormalizadas por eles a partir das diferentes configurações dessas práticas, que se dão sempre a partir de protocolos instáveis, a depender da comunidade discursiva que as mobiliza, a qual, por sua vez, também se constitui de uma ou outra maneira porque mobiliza uns e não outros protocolos. Na *Geosp*, por exemplo, a relação com as normas chama particularmente a atenção. Mesmo não estando na Coleção SciELO, a revista já tem seus expedientes reorganizados considerando os critérios para sua admissão, e a mudança na periodicidade de publicação é um deles, conforme comenta o editor:

[...] este ano [2014], a revista tem três números, eram dois números por ano, mas passou para três porque está indo na direção do SciELO, então antes de pedir para entrar na coleção, está construindo tudo o que já se sabe que ele vai pedir, [...] para que, quando for feito o pedido, o SciELO não recorra a determinantes técnicos, mas trate de outros determinantes que já se presume que vão ocorrer, e os técnicos já estarão atendidos, a fim de evitar ter que correr atrás de coisas que já é possível antecipar. (Entrevista Geosp, 2014)

A revista, que migrou para o SEER em 2010, vem passando por uma série de mudanças desde 2013, quando assumida pelo atual editor. No início dessa gestão, a equipe da revista contava apenas com um editor e um estagiário, e, dada a grande demanda de trabalho acumulado, foi preciso rever sua configuração. Como a *Geosp* era impressa,

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

a mudança para a circulação eletrônica não foi bem entendida logo de início e, segundo o editor, isso aconteceu

[...] porque existe uma certa compreensão um pouco superficial do que seria uma plataforma eletrônica, pois a Geosp era uma revista impressa, e na revista impressa são outros protocolos, outros procedimentos, o custo é bem maior. Quando a revista passou para a plataforma eletrônica, passou-se a acreditar que não tinha custo algum porque é eletrônica, e o único custo que se passou a arcar é uma bolsa de estagiário que o departamento tem para auxílio na revista. (Entrevista Geosp, 2014)

É interessante observar como não só o objeto editorial periódico eletrônico foi mal compreendido, mas os próprios expedientes adotados na produção de revistas impressas e eletrônicas, que foram desconsiderados na medida em que os custos atribuídos à versão impressa e não à eletrônica foram reduzidos à impressão da revista, extinta a partir do novo meio de circulação. Essa má compreensão fica evidente no modo como os expedientes de tratamento da revista aconteciam:

[...] era preciso encontrar algum estagiário com conhecimento de internet, Word e tal, e, assim, ele pegava os textos, padronizava e gerava um .pdf a partir do Word, imitando um pouco o que era a revista impressa. Quando se via a Geosp aqui [na tela], ela era uma imitação da impressa, o que significava também que era ruim de se ler. (Entrevista Geosp, 2014)

De 2010, quando foi ao ar o primeiro número eletrônico, a 2013, o tratamento dos textos era feito assim, sem consultoria editorial especializada, e a composição gráfica da revista impressa era preservada, reproduzindo-se o formato em duas colunas. Antes disso, em atendimento à recomendação da CAPES de que a revista precisava ser eletrônica para não perder sua classificação, outra medida adotada dá notícia do não reconhecimento das novas práticas necessárias a partir da mudança da revista para a versão eletrônica:

[...] do volume 7 ou 8 em diante, passaram tudo para .pdf e colocaram num *site* pendurado aqui no provedor [do departamento], e quem quisesse pegava lá a revista inteira; não era uma questão de ela estar

na internet, ela pode estar ou não, mas a Capes quer eletrônica, tem que ser a base, porque cada vez mais é avaliada pela base. (Entrevista Geosp, 2014)

Foi preciso adotar uma série de protocolos até então inexistentes para que, editada em uma plataforma eletrônica, pudesse manter sua estratificação na avaliação CAPES, o que influencia, por exemplo, na sua solicitação futura de admissão na plataforma SciELO. A mudança para o SEER significou, assim, a necessidade de profissionalização de todo o processo editorial da revista:

[...] não havia base, porque todo o processo era feito pelo e-mail pessoal do professor [editor] com os autores, que submetiam pela plataforma, depois havia uma conversa por e-mail, então não tem nada registrado, não vou dizer nada, mas a maior parte [do processo], pois também havia aqueles autores que não estavam acostumados [com plataformas digitais]. Estamos falando da década passada, existe uma transição, hoje todo mundo acha comum que seja assim, mas eu tenho dificuldade com alguns professores pareceristas mais antigos, aí a gente tem que contornar isso de modo a receber a opinião dele, que é muito mais importante, e aí passar para a plataforma, ou seja, o processo acontece na plataforma, mas a revista dá uma assessoria para quem se dispõe a fazer parecer, mas não tem tanta habilidade com a internet. (Entrevista Geosp, 2014)

Entre os desafios impostos pela mudança tecnológica, agora fundamental para o processo editorial da revista, está a função do editor na gestão desse processo, que é chamado a mediar não só as praxes já comuns no trabalho com a revista impressa, mas também a adaptação às novas práticas que o uso do SEER demanda de todos os atores que participam da edição da revista eletrônica. No caso dos pareceristas pouco habituados com o uso da internet ou os modos digitais de circulação da informação, mais do que lidar com um obstáculo, o editor precisa articular-se quanto a certa resistência por parte desses professores, que são de uma geração mais intimamente ligada às práticas da cultura impressa – “a pessoa diz que vai fazer [o parecer] e nunca faz, e se você pedir para ela fazer no papel, sai no dia seguinte” (Entrevista Geosp, 2014).

Para a implantação dessas novas práticas, foi preciso ampliar a equipe editorial da *Geosp*, e isso também demandou do editor o esclarecimento de todo esse processo a muitos dos colegas de departamento envolvidos com o periódico, inclusive àqueles

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

dos setores responsáveis pelo orçamento, que, como dito, não imaginavam que custos uma revista eletrônica poderia ter. A nova configuração da revista conta com um editor, um editor assistente, um estagiário, um aluno da pós-graduação responsável pelo projeto gráfico da plataforma eletrônica, uma empresa que cuida do projeto gráfico da revista e duas empresas de revisão de textos, além do conselho editorial, dos editores de seção e dos pareceristas *ad hoc*. Ao falar sobre a divisão de tarefas na equipe, o editor aponta a importância da construção desse coletivo para a produção da revista, e, ainda, no que diz respeito à sua função, para a boa administração da grande demanda de submissões que a revista recebe e da comunicação com os autores sobre o processo editorial, o que é facilitado, por exemplo, pela possibilidade de elencar editores de seção:

[...] você pode chamar de editor de seção alguém que vai ser encarregado de uma especialidade da geografia física (clima, geomorfologia etc.) e da geografia humana (urbana, econômica etc.). Eu, que sou de geografia humana, posso indicar pareceristas dessas áreas, porque vou em bancas, leio, é a minha seara, então uma outra pessoa que indiquei como chefe de seção pode fazer isso [para outras especialidades], é muito mais fácil. Os artigos ficam como “não designados” enquanto o editor não os manda para um editor de seção, que vai encaminhá-los para um parecerista; quando estão com o editor de seção, na plataforma já consta “em avaliação”, e, para o autor, isso faz diferença, porque ele já sabe que o processo começou. (Entrevista Geosp, 2014)

No caso da *Rieb*, há um documento com recomendações quanto ao tipo de leitura que deve ser feita em cada etapa, e um cuidado específico com a preparação final de textos, que não deve se basear apenas na “correção do texto” e não se detém “somente a erros”, mas deve acontecer na ordem da calibragem, da proposição de “sugestões” justificadas ao autor, da inserção de comentários para “diálogo com o autor” quando for o caso, tudo isso considerando “a nova grafia”, a possibilidade de mudança “de títulos e intertítulos” e as normas estabelecidas na sequência do documento, também de padronização e formatação textual. No final do documento, há ainda uma seção chamada *algumas sugestões de bibliografia para auxiliar na preparação do texto*, na qual são listados dicionários da língua portuguesa e de regência, gramáticas, manuais de editoração, preparação e revisão, ou seja, uma série de materiais complementares para consulta dos profissionais durante o trabalho.

A composição desse documento mostra a necessidade da *Rieb* de estabelecer protocolos o mais bem-definidos possível para a execução do serviço fora da equipe, pois diferentemente da *Geosp*, que conta com uma empresa especializada, na *Rieb* o trabalho externo é feito por prestadores de serviço *freelance* – provavelmente devido ao preço mais acessível, se comparado a uma empresa –, o que não garante que todos os profissionais que se dispõem a fazer a preparação estejam capacitados, seja devido à sua formação acadêmica, à experiência em lidar com os protocolos do tratamento de periódicos, especialmente no caso de uma revista interdisciplinar, ou à baliza dos prazos escassos para a realização do trabalho:

[...] nos casos de problemas com a qualidade dos trabalhos feitos fora, burocraticamente há como recorrer, é possível recusar o trabalho ou pedir que seja refeito, o prestador pode ser condenado a uma multa, há uma série de instrumentos, mas o que fazer com o prazo? E o trabalho de procurar outro profissional, ainda mais nos casos da necessidade de especificidade? Já houve casos na revista de devolução de preparação e traduções do inglês (um *site* e um artigo), por exemplo. O que acontece é que é tudo muito imbricado, esse trabalho de editor com o trabalho de certa forma acadêmico mesmo, ligado às áreas, tem a atuação muito grande dos professores, que são os editores, e de certa forma exige da nossa formação essa sensibilidade para pegar essas questões, porque se o trabalho de preparação é mandado para fora, nessa conferência a responsabilidade é nossa de pegar isso. Houve um caso de um texto que tinha muitos termos do latim e do italiano e o preparador não sabia o que fazer. É a questão da responsabilidade compartilhada com os autores, sabendo que os prazos são terríveis e que, por isso, muitas vezes a revista não vai conseguir fazer todas as revisões que gostaria, a sugestão feita aos autores é que mandem os textos o mais padronizado possível e também que façam uma revisão básica do texto, daquele tipo que você pede para alguém ler seu texto, um amigo, namorado etc., pois já é um outro olhar, e em alguns casos a equipe percebe que isso não foi feito. (Entrevista Rieb, 2014)

Se na *Geosp* o problema da empresa encarregada de finalizar a publicação dos textos é estabelecer diretrizes para a realização do trabalho na própria empresa, considerando a necessidade de integração de diferentes tipos de expediente por causa da variedade dos textos, na *Rieb* a questão que se põe é o ajuste cada vez mais fino das diretrizes usadas internamente para que o trabalho externo destoe o mínimo possível do que se espera para essa etapa de acabamento dos textos, evitando implicações que prejudiquem ou atrasem as etapas seguintes do processo editorial, ou impossibilitem

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

que elas aconteçam. Dada a imbricação de todas as etapas do processo, esse ajuste precisa acontecer desde seu início, e isso começa antes mesmo da avaliação por pares, pois, ao receberem as submissões dos autores e após a avaliação da comissão editorial, os assistentes editoriais precisam limpar todas as marcas de autoria dos textos antes de enviá-los aos pareceristas, o que nem sempre garante que eles não sejam identificados pelos avaliadores, gerando novas demandas:

[...] teve um caso em que o autor fazia muitas referências a ele mesmo, mas não de maneira impessoal, era “como eu já escrevi no meu artigo tal”, e deu muito trabalho porque para mandar para o parecerista não poderia ter isso escrito, foi um trabalho de supressão dessas marcas, mas sem descaracterizar o texto. No final, a equipe mandou o texto para uma pessoa que disse “ah, esse é o texto do fulano, ele apresentou na aula inaugural tal”, isso depois de todo o trabalho da equipe, que teve que “começar do início”. (Entrevista Rieb, 2014)

Embora os textos recebidos com essas marcas sejam a minoria, provavelmente porque, em geral, os autores também são pareceristas e sabem da necessidade desse protocolo, os assistentes editoriais comentam o problema do envio de artigos que sejam recortes de trabalhos acadêmicos mais extensos e o que isso implica de tarefas editoriais para a equipe:

[...] outra coisa importante é que não dá para ficar replicando trechos de doutorado ou mestrado numa revista científica, o que, aliás, é malvisto, então o ideal é que aquele tema que não foi possível desenvolver na tese vire um artigo, o que torna o texto mais atraente para as revistas. Não é interessante publicar uma parte da tese/dissertação, que está disponível no site da universidade, por exemplo, e a revista recebe muitos casos de artigos que são o capítulo x da tese do autor. Mas o que leva os autores a fazerem isso também é a pressão por indicadores, Lattes e tudo mais, então quem está perdendo com isso? É a produção de conhecimento, o conhecimento científico se perde. Os autores, por isso, não conseguem pegar um tema que ainda não desenvolveram e trabalhar, eles têm que ser rápidos, enxugar os textos já produzidos. Problemas: parecer pede revisão do autor do artigo por esse motivo, o texto, na verdade, deveria ser recusado; nem sempre o autor faz as alterações sugeridas, ou mesmo a revisão de forma satisfatória, e envia o texto sem esses ajustes. O que fazer? Mandar de volta? Aí tem a questão do prazo. E não é só rejeitar um artigo, isso implica outras várias questões. Se você está publicando um artigo em inglês, é o tempo desse trabalho, de revisão, de

preparação em inglês também, e nem sempre as equipes contam com profissionais de gabarito pra fazer esse trabalho; se terceirizar tem o desafio de o prestador de serviços ser uma pessoa com a tal da sensibilidade para o artigo. Os desafios são muitos. (Entrevista Rieb, 2014)

Mais uma vez os critérios CAPES e SciELO precisam ser considerados, pois a “pressão por indicadores”, o consequente estímulo da produtividade dos autores e das revistas e a internacionalização de periódicos incidem diretamente nos prazos do processo, sempre mencionados pelos profissionais da *Rieb* e da *Geosp* como um grave problema para o atendimento da periodicidade das revistas. Todas essas questões incidem ainda sobre o acúmulo de funções desses profissionais e os orçamentos restritivos das revistas de humanidades, o que significa que esse sistema de publicação se reflete num ciclo: no caso dos editores, por exemplo, que são professores acadêmicos, é preciso exercer a função de editor, que é repleta de expedientes complexos e geralmente não remunerada, ao mesmo tempo em que a de professor, que também contempla uma série de atividades (dar aulas, fazer pesquisas, orientar alunos, participar de bancas e de eventos) cuja carga não é diminuída em função das outras, a de autor, uma vez que sua produção acadêmica é constantemente avaliada a partir daquilo que publica, e a de parecerista, também não remunerada e regida pelos prazos exíguos.

Além da gestão do processo editorial, função dividida com os assistentes editoriais na *Rieb*, os editores trabalham ativamente na mediação das demais etapas, especialmente na avaliação por pares:

[...] é feita uma filtragem de comentários “deselegantes” de pareceristas para os autores, ou propostas que não venham ao caso, como, por exemplo, o recorte do artigo ser x e o parecerista propor y, algo que seria outro artigo, e não o submetido na ocasião para a revista. O editor não repassa esse tipo de sugestão para os autores. Alguns pareceristas também são humildes em sua postura e entram em contato com a revista para dizer que não são os mais indicados para avaliar devido a sua chave de leitura, por exemplo; muitas vezes a revista instrui o parecerista sobre o modo como lidar com determinados textos que, por exemplo, trabalham com interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade muitas vezes é uma armadilha, porque muitas vezes os profissionais não estão preparados para lidar com isso. (Entrevista Rieb, 2014)

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

A questão da interdisciplinaridade da revista impõe dificuldades aos editores já no momento de seleção de pareceristas, a depender da área de especialidade dos textos:

[...] o conselho consultivo da revista é muito forte, com participação internacional muito grande. O desejável é sempre que a revista consulte antes (e de preferência somente) pareceristas do conselho consultivo, mas, por questões de agenda, às vezes até por temática, é preciso se valer dos contatos de fora, dos professores, dos próprios profissionais da área [os editores] para conseguir pareceristas. A dificuldade é encontrar pareceristas em determinadas áreas em que há poucos pesquisadores, pois todo mundo se conhece, por isso, quanto mais longe da instituição, melhor. Quando o parecerista identifica o autor do texto, mesmo sem todas as referências, é preciso recorrer a outro parecer. (Entrevista Rieb, 2014)

Outra dificuldade enfrentada pela *Rieb* relacionada à interdisciplinaridade diz respeito à sua circulação impressa e eletrônica, que causa conflitos de projeto gráfico e problemas de fragmentação da revista devido às limitações da plataforma SEER/OJS:

[...] o .pdf é uma tentativa de reproduzir a versão original da revista [impressa]. Então, quando as revistas passam para o OJS, já perdem sua identidade visual, o que é um desafio que está dado para as revistas que lidam com a questão estética. O conteúdo veiculado ali não se perde, mas, por exemplo, no caso da *Rieb*, uma revista multidisciplinar, as imagens são fundamentais para determinados artigos, e, assim, a posição das imagens é fundamental. Já foi preciso optar em um dos números por colocar todas as imagens ao final da revista, mas há casos em que o autor determina que não é possível alterar a ordem das imagens, por exemplo, quando o autor analisa uma série de imagens; a imagem é apresentada e no parágrafo seguinte é feita a análise, então fica complicado para a leitura. (Entrevista Rieb, 2014)

Como a revista impressa é prioridade para o IEB, dada a expressiva importância como objeto editorial para seus leitores, a manutenção da sua legibilidade é comprometida na versão eletrônica, especialmente por causa da fragmentação de cada número em artigos separados, motivada, como já comentamos, por orientações dos portais e pelo funcionamento dos mecanismos de busca das bases de indexação de revistas. Essa fragmentação dificulta, por exemplo, os números com dossiês temáticos, uma vez que

as imagens selecionadas no acervo do IEB para compor o volume ilustram o dossiê, composição estética que se perde quando os textos são disponibilizados separadamente. A divisão do volume em textos avulsos descaracteriza os próprios dossiês, que visam a uma unidade justificada apenas na e pela relação entre os artigos que os compõem e que o projeto gráfico procura articular.

Diante desses problemas, e considerando principalmente a mudança de periodicidade imposta pelos critérios SciELO, a equipe precisou alterar o projeto gráfico da revista, que até 2014 era o mesmo para as versões impressa e eletrônica – “o projeto gráfico foi mudado por causa da mudança da periodicidade da revista, de semestral para quadrimestral, então foi necessário um novo projeto que não tomasse tanto tempo da diagramação” (Entrevista Rieb, 2015). Na entrevista feita em 2015, as assistentes editoriais pontuaram algumas das mudanças:

[...] foram tiradas algumas “firulas” para alcançar um projeto mais prático. Houve a alteração da etiqueta da capa, que antes era fixa e atrapalhava a imagem de fundo, e agora foi substituída por um selo móvel; os nomes dos autores vêm logo na capa; foi mantido o caderno de imagem, que é uma maneira de dar publicidade ao acervo do Instituto; agora a equipe sempre pede à pessoa que ajudou na curadoria das imagens para fazer um textinho explicando seu contexto etc.; essa página aqui antes eram duas folhas, que era uma aqui e a outra era aqui, foi compactado numa só [resumos em PT e EN], porque a ideia é que ficasse mais barata a impressão e mais rápida a diagramação. [...] O editorial também tinha duas páginas (PT e EN), e às vezes acontecia que tinha muito texto e acabava indo para mais uma página, então eram quatro páginas, sempre ligadas com as imagens, e isso dá muito problema, daí é caderno colorido, e também foi mantido [...]. Onde havia antes uma página preta é inserida, agora, uma imagem do acervo do Instituto. Foi retirado o destaque da primeira letra da primeira palavra do artigo, que antes era uma fonte manuscrita e em bold maior que as demais letras do texto [letra capitular] e, por isso, ocupava muito espaço na página; o M, por exemplo, ocupava meia página, esse era um problema complicado do projeto anterior para ajustar na diagramação, pois demorava muito tempo, especialmente quando, por exemplo, havia epígrafe. (Entrevista Rieb, 2015)

Além da praticidade necessária para manter os prazos da etapa de diagramação, as mudanças propostas no novo projeto visaram à redução dos custos de impressão, que subiram devido ao aumento do número de artigos por ano, exigido pelos critérios SciELO, e à agilidade dos expedientes da equipe, que também aumentaram com a nova periodicidade de publicação:

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

[...] como a equipe é pequena e o aumento da periodicidade da revista demandou ainda mais trabalho, foi preciso pensar um projeto gráfico rápido, bonito e que atendesse a todos os critérios SciELO. A estrutura da revista ficou com 9 artigos, 1 resenha, 1 documentação e 1 notícia, não necessariamente de autores convidados, pois a revista recebe muitas submissões; foi feito um planejamento de mercado da revista, com algumas sugestões etc. A tentativa da equipe é manter essa média de textos, com alguns números temáticos, que são as edições mais procuradas, como, por exemplo, a edição especial do Mário de Andrade, ou uma específica do modernismo, pois essas temáticas chamam bastante a atenção. Às vezes a pessoa está estudando aquele tema, então ela quer ver várias vezes aquela/ela não quer ver um artigo numa revista, um artigo na outra, um artigo na outra. A gente tenta, né, não é sempre que dá. (Entrevista Rieb, 2015)

Outro fator que motivou essas mudanças é a exigência dos novos critérios SciELO por textos completos na linguagem xml<sup>7</sup>, o que significou novos ajustes dos protocolos da equipe, que precisou terceirizar o serviço e, assim, novamente redistribuir os orçamentos da revista, que não recebeu nenhum incremento no período:

[...] essas mudanças também foram necessárias para tornar o projeto mais limpo e facilitar sua transição para o xml, que é uma coisa que a gente está quebrando muito a cabeça, porque as marcações da SciELO são muito específicas, então se a gente termina de diagramar e solta pelo InDesign ele não sai com as marcações. O xml é um formato do tipo html mais “ajeitado” e que, com essas marcações, é possível fazer os índices, o que o html normal não faz. Então, é possível fazer índice de citação, quantas vezes foi citado, quantas vezes teve direcionamento, é que nem o doi [...], mas ele serve, na verdade, quando você vai fazer índices estatísticos, é muito mais fácil você pegar essas marcações no xml do que você tentar fazer manualmente. Como a equipe ainda não domina fazer o xml internamente, as marcações foram feitas fora por uma empresa que faz especificamente isso, embora a equipe tente fazer as coisas aqui para tentar diminuir ao máximo o custo. (Entrevista Rieb, 2015)

---

7 Item 5.2.17. *Textos completos em XML*: “Todos os periódicos SciELO deve [sic] ter os artigos dos textos completos estruturados em XML segundo o SciELO Publishing Schema [sic] que é adaptado da norma ANSI/NISO Z39.96-2012: Journal Article Tag Suite (JATS). O arquivo XML dos diferentes tipos de documentos enviado ao SciELO deve vir acompanhado das imagens em alta definição e do arquivo PDF correspondente, e, sempre que possível, do arquivo no formato ePUB. Quando o artigo é multilíngue [sic] o arquivo XML deve conter todas as versões. Os arquivos dos artigos em XML e as respectivas imagens são considerados a fonte original dos artigos para referência e preservação.” (SCIELO, 2014, p. 19-20).

A instauração desse protocolo está diretamente relacionada à necessidade de indicadores bibliométricos, uma vez que a possibilidade de identificação de cada elemento da estrutura dos artigos (desde títulos, subtítulos e dados de afiliação dos autores até citações, referências e especificação de agências de fomento) para o armazenamento em diferentes bases de dados é pontuada como uma das características principais do uso desse padrão.

Como se pode depreender dos dados acima, a escrita de um artigo se dá na injunção de categorias, métricas e normas que se conjugam em todo o processo de tratamento dos textos a publicar. Ao lado desses, outros dados catalogados no âmbito do LABEPPE atestam o quanto, nas chamadas *humanidades*, um aprendizado editorial ininterrupto tem imposto aos editores uma gestão técnica que atenda agilmente às políticas de reconhecimento e qualificação – ou estão fora do jogo, das grandes linhas que o regulamentam.

### Considerações finais

O que seria, então, considerados todos esses parâmetros e protocolos, a escrita de um artigo científico nas humanidades? Segundo o que depreendemos dos dados apresentados da perspectiva OM/MO, trata-se fundamentalmente de adaptar o que é referido por *humanidades* (com todas as instabilidades provocadas pelos cruzamentos de categorias institucionais e produzidas pelas próprias práticas de pesquisa) a um funcionamento geral da dita *comunicação científica*, à qual corresponderia uma *comunidade científica*. Esta é delimitada por discursivizações que definem as grandes linhas do que tem valor científico, pautadas sobretudo por uma internacionalização algorítmica, sendo o *Plain English* um dos preenchimentos de superfície do que efetivamente internacionaliza: buscadores, marcações, *tags*.

De todo modo, como vimos, as equipes editoriais ocupam espaços de seus periódicos para protestar, como no caso dos editoriais da *Rieb*. Ao mesmo tempo, abrem mão de certos aspectos dos projetos gráficos que julgam adequados às pesquisas que publicam para continuarem no jogo. Por isso, falamos em diversas *comunidades discursivas* em coexistência em um universo institucionalizado, e não propriamente em *uma* comunidade em torno de *uma* dada condição científica.

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

Diante disso, parece que o letramento adequado para a escrita de artigos científicos nas humanidades deve levar em conta os tensionamentos que se impõem a cada tipo de pesquisa, na sua forma singular de registrar o conhecimento produzido conforme as normas dos periódicos, regidas pelas entidades de fomento e avaliação, com suas métricas que amalgamam distintos funcionamentos. Possivelmente se trata de ser tático: organizar materialmente um texto que, preservando suas especificidades, dê conta de participar da organização científica materializada nas convenções que permitem sua distribuição. Resta saber, agora, o quanto isso é efetivamente exequível.

## Referências

CLARES, L. M. **Mediação editorial na comunicação científica: um estudo de dois periódicos de humanidades**. 2017. 230 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Competências**. Última atualização da página em maio de 2012. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/80-conteudo-estatico/acesso-a-informacao/5418-competencias>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Sobre as áreas de avaliação**. Publicado em maio de 2014a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Sou editor de um periódico científico publicado no Brasil. Como posso incluí-lo no Portal?** Última atualização da página em maio de 2014b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/periodicos/4126-sou-editor-de-um-periodico-cientifico-publicado-no-brasil-como-possa-inclui-lo-no-portal>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

CURRY, M. J.; LILLIS, T. M. Strategies and tactics in academic knowledge production by multilingual scholars. **Education Policy Analysis Archives**, v. 22, n. 32, p. 1-28, 2014.

DEBRAY, R. **Transmitir**. Tradução de Guilherme Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Introduction à la médiologie**. Paris: PUF, 2000b.

GEOUSP espaço e tempo. **Diretrizes para Autores**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/about/submissions#authorGuidelines>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

GRUSZYNSKI, A. C.; GOLIN, C.; CASTEDO, R. Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de revistas científicas. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v. 11, n. 2, maio/ago. 2008.

REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, n. 60, jan.-abr. 2015a.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, n. 61, maio-ago. 2015b.

\_\_\_\_\_. **Foco e Escopo**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/about/editorialPolicies#f>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SALGADO, L. S. **Ritos genéticos editoriais**: autoria e textualização. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2016.

SALGADO, L. S.; MUNIZ JR., J. S. Da interlocução editorial: a presença do outro na atividade dos profissionais do texto. **Bakhtiniana**: Revista de Estudos do Discurso, v. 5, p. 87-102, 2011.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO Brasil**. SciELO: set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Procedimentos do processo de admissão de periódicos da Coleção SciELO Brasil**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/avaliacao/inclusao\\_pt.htm](http://www.scielo.br/avaliacao/inclusao_pt.htm)>. Acesso em: 08 dez. 2016.

SILVA, C. N. N. da; MUELLER, S. P. M. Avaliação dos periódicos brasileiros: os critérios do qualis-periódico à luz de Merton e Bourdieu. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ENANCIB, 2015, p. 1-14.

STREET, B. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acadêmicos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 541-567, 2010.

TARGINO, M. Comunicação científica na sociedade tecnológica: periódicos eletrônicos em discussão. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 31, p. 71-98, 1º sem. 1999.

WATERS, L. **Inimigos da esperança**: publicar, perecer e o eclipse da erudição. Tradução de Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

- | Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades

---

**COMO CITAR ESTE ARTIGO:** SALGADO, Luciana Salazar; CLARES, Letícia Moreira. Publishing mediation and scientific articles: a study of injunctions and hiddenness in humanities. **Revista do GEL**, v. 14, n. 3, p. 29-58, 2017. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v14i3.1886>

**Submetido em:** 31/07/2017. | **Aceito em:** 09/11/2017.

---